

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.457 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 2002



Genalio Migeia

Roberto Requião defendeu cautela nas negociações com os Estados Unidos sobre a Alca

## Relações com a Alca dominam debates sobre o Mercosul

Foi encerrado ontem, em Natal (RN), seminário sobre o Mercosul, Alca e dívida externa, organizado pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. As relações com a Área de Livre Comércio das Américas estiveram no centro da rodada final dos debates.

PÁGINA 8



José Cruz

Edison Lobão quer a adoção de esforços para proteger a biodiversidade da Amazônia

## Para Lobão, recursos da Amazônia são trunfo contra fome

O senador Edison Lobão sugeriu a promoção de esforços políticos e técnicos em defesa da biodiversidade da Amazônia. Segundo disse, os recursos da região devem ser vistos como trunfo para resolução de problemas, sobretudo os relacionados à miséria e à fome.

PÁGINA 4



Célio Azevedo

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos também impede novos obstáculos à concessão de incentivos fiscais

## CAE reduz exigências para empréstimos a estados

Projeto de Lúcio Alcântara aprovado pela comissão amplia o limite de comprometimento das Receitas Correntes Líquidas, facilitando a contratação de operações de crédito. Matéria ainda depende de exame pelo Plenário do Senado.

PÁGINA 3

## Senadores querem mudanças na MP das dívidas rurais

A medida provisória sobre as dívidas rurais, que está trancando a pauta do Senado, foi um dos principais temas em discussão no Plenário ontem. Heloísa Helena reivindicou a extensão dos benefícios previstos no texto aos agricultores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Arlindo Porto advertiu que a MP ainda necessita de aperfeiçoamento, e Antonio Carlos Valadares disse que os produtores não podem ser prejudicados pela demora na votação.



José Cruz

Heloísa: termos do acordo devem ser estendidos aos agricultores de todo o país



José Cruz

Valadares: agricultores podem ficar sem prazo para adesão ao refinanciamento



José Cruz

Porto: medida provisória precisa de correções e deve ser votada logo

PÁGINA 6



Geraldo Magela

Chico Sartori afirmou que apresentará projetos nas áreas de educação, saúde e energia

## Sartori anuncia prioridades de seu mandato

O senador Chico Sartori (PSDB-RO) informou ontem que pretende apresentar projetos nas áreas de educação, saúde e energia para o estado de Rondônia, durante os próximos 11 meses que tem de mandato.

Chico Sartori tomou posse no Plenário do Senado no último dia 5, depois de travar batalha na Justiça Eleitoral do seu estado e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que confirmaram a cassação do ex-senador Ernandes Amorim por abuso do poder econômico durante campanha eleitoral.

O senador disse que pretende contribuir para diminuir as carências de Rondônia e os efeitos dos cerca de sete anos de mandato que, segundo ele, "foram perdidos".

Sobre esse assunto, Sartori perguntou: "Gostaria de saber quem vai compensar as imensas perdas do meu estado e de sua população". O parlamentar observou ainda que "é preciso fazer uma transformação radical em Rondônia".

— A pressão para exercer o cargo de senador é muito grande, mas não vou mudar como ser humano, pois sou um homem simples, tanto que usei a enxada para capinar na roça quando pequeno — afirmou Chico Sartori.

# Senado e Câmara iniciam parceria em treinamento

Protocolo de intenções foi assinado ontem durante abertura do ano letivo do Instituto Legislativo Brasileiro, e beneficiará servidores das duas Casas

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, afirmou ontem, na abertura do ano letivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), que o evento tem caráter histórico para o Poder Legislativo. Ele e o diretor-geral da Câmara, Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, assinaram protocolo de intenções visando à união das duas Casas em programas de treinamento dos funcionários do Legislativo.

O ILB terá papel fundamental nessa parceria, afirmou Agaciel, já que é o órgão do Senado responsável pelas atividades de capacitação, treinamento e educação dos funcionários do Senado. Disse ainda que o ILB está inserido em um contexto de esforço da Casa para incrementar a estrutura de informações e comu-



Agaciel da Silva Maia, diretor-geral do Senado, destacou o papel que o ILB terá na capacitação e treinamento de funcionários

nicação do Senado.

— Toda essa estrutura não deve ficar restrita aos funcionários do Senado. Por que não comungar esses sistemas com os demais órgãos do Legislativo, especialmente com a Câmara?

Agaciel destacou a importância de as administrações investirem no aperfeiçoamento e qualificação de seus funcionários, que, afirmou, "são o verdadeiro lastro e estão comprometidos com a história e valores da Casa".

## Servidores defendem plano de carreira

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu dos dirigentes de todas as entidades representativas dos servidores da Casa apelo para que seja aprovado o plano de carreira, cujo texto lhe foi entregue durante audiência realizada no gabinete da Presidência.

Segundo os servidores, a proposta representa o consenso entre os diversos setores da Casa e conta com o apoio do 1º secretário da Mesa, senador Carlos Wilson (PTB-PE).

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, compareceu ao encontro e deu ao presidente as informações técnicas a respeito da reivindicação dos servidores. Os funcionários apresentaram a Tebet argumentos em favor do pleito, enfatizando que os demais servidores do Poder Legislativo — da Câmara dos Deputados e do



Ramez Tebet, presidente do Senado, recebeu dos dirigentes de entidades dos funcionários cópia do plano

Tribunal de Contas de União — já conseguiram a aprovação dos respectivos planos de carreira.

Estavam presentes o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Legislativo (Sindilegis), Ezequiel Sousa do Nascimento, e os presidentes das seguintes associações de servidores:

Marcello Varella, da Assefe (servidores do Senado); Geraldo Braga Filho, da Ascip (servidores do Prodasen); Paulo Chaves de Rezende Martins, da Alesfe (consultores legislativos e consultores de orçamentos); e Nísio Tostes, da Assisefe (aposentados e pensionistas).



## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 2002

### PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

### PREVISÃO PLENÁRIO

Segunda-feira  
14h30 — Sessão não deliberativa

### Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: discussão, em turno único, da MP que dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural; MP que cria o Fundo Seguro-Safora e institui o benefício seguro-safora para os agricultores familiares da região nordeste e do norte do estado de Minas Gerais, nos municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem; MP que abre crédito extraordinário em favor dos ministérios dos Transportes e da Integração Nacional no valor global de R\$ 86 milhões; PR que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 100 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); PR que autoriza a União a conceder garantia a operação de crédito externo a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Japan Bank for International Cooperation (JPIC) no valor equivalente a até US\$ 300 milhões; Parecer que submete à deliberação do Senado o nome do tenente-brigadeiro-do-ar Henrique Marini e Souza para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar; Parecer que submete à deliberação do Senado o nome de Renato de Lacerda Paiva, juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para compor o Tribunal Superior do Trabalho; discussão, em turno único, da PEC que altera os períodos das sessões legislativas; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que institui o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; entre outros.

### COMISSÕES

#### Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: PLS nº 53/00-Complementar, cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem em seus territórios unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

#### Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: PLS que extingue a exigência de depósito recursal nas ações trabalhistas; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CAE diminui exigência para estado tomar empréstimo

Projeto de resolução aprovado ontem amplia para 32% o limite de comprometimento das Receitas Correntes Líquidas, hoje fixado em 22%. A medida, que será ainda submetida ao Plenário, vale também para os municípios

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer do senador Paulo Souto (PFL-BA) favorável ao projeto de resolução que torna mais flexíveis as exigências legais feitas a estados e municípios na contratação de novas operações de crédito. O projeto é de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

A principal modificação diz respeito ao limite de comprometimento, com a concessão de garantias, das Receitas Correntes Líquidas (RCLs). Pela legislação em vigor, esse limite está fixado em 22%, alterado para 32% no projeto de resolução aprovado na CAE em caráter não terminativo.

Com a mudança, será possível, por exemplo, que o estado de São Paulo contraia novos empréstimos, já que as garantias contratuais concedidas em operações de crédito feitas pelo estado, como tomador de recursos, atingiram 29,04% de suas RCLs, segundo dados do Tesouro Nacional distribuídos à comissão pela senadora Heloísa Helena (PT-AL). Apenas São Paulo e Sergipe ultrapassaram o limite de concessão de garantias fixada pela Resolução nº 43 do Senado. As garantias de Sergipe atingiram 25,11% das RCLs.

Heloísa Helena posicionou-se contra a alteração do limite, por entender que a medida tinha "endereço certo", para favorecer o



A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer de Paulo Souto favorável ao projeto de resolução

estado de São Paulo, não sendo do interesse das demais unidades da Federação. O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) também se manifestou contrariamente à mudança.

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) queixou-se do mau relacionamento do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, com o Senado, mas preferiu votar a favor da medida. Os senadores Lúcio Alcântara e Romero Jucá (PSDB-RR) defenderam a proposta, por entenderem que a mudança beneficia de imediato São Paulo, mas, como a regra é para todos, no futuro também poderá favorecer outros estados.

Alcântara destacou ter sido

procurado recentemente pela prefeita Marta Suplicy, de São Paulo, preocupada em não poder mais contrair financiamentos para resolver os problemas das enchentes na capital paulista. O senador também relatou que foi procurado pelo governador paulista, que lhe pediu a dilatação do limite.

## INCENTIVOS

As alterações aprovadas na CAE, segundo o relator, senador Paulo Souto, impedem que sejam criados maiores obstáculos aos estados e municípios na concessão de incentivos fiscais para atrair mais investimentos para suas regiões. Os que fizerem tais concessões não terão impedimento na

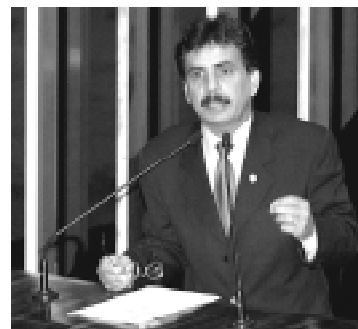
contratação de novos créditos. Do mesmo modo, a existência de precatórios não pagos deixa de reduzir o limite de endividamento da unidade federativa, como ocorre atualmente. A restrição é transferida para registros de inadimplência com o sistema financeiro nacional.

## DÉBITOS

Prefeitos e governadores poderão também contratar novos empréstimos e financiamentos até seis meses antes de deixar o cargo. Atualmente, esse prazo é de oito meses.

O parecer de Paulo Souto também ampliou, acatando sugestão de Waldeck Ornélas, a prestação de contas relativas a débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Pelas regras atuais, para contrair novos empréstimos, basta que estados e municípios apresentem certidão negativa que inclui somente os débitos previdenciários com os funcionários contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Pela mudança aprovada, a exigência de quitação com a Previdência foi estendida a todo o quadro de pessoal.

A proposta altera ainda o cálculo da RCL, tomando como base a receita corrente líquida de até dois meses anteriores ao mês de apresentação do pedido de nova operação de crédito.



Ademir Andrade propõe que desigualdades regionais sejam consideradas nos repasses

## Distribuição de verbas do FAT pode ter novo critério

A população de cada estado e o combate às desigualdades regionais deverão ser utilizados como critérios para a distribuição dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que superam os R\$ 4 bilhões anuais, destinados a programas de geração de emprego e renda. A inovação está prevista em projeto de lei anunciado ontem pelo líder do PSB, senador Ademir Andrade (PA).

Uma vez excluídas as verbas do FAT destinadas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e aos programas de seguro-desemprego e abono salarial, será aplicado, de acordo com o projeto, um percentual mínimo dos recursos de programas de geração de emprego nas regiões Norte (2%), Nordeste (4%) e Centro-Oeste (2%). As verbas restantes serão dirigidas aos estados de acordo com o critério populacional.

## DISTRIBUIÇÃO

— A lei que criou o FAT não prevê nenhum critério para a distribuição de seus recursos. O projeto que apresento preenche essa lacuna — disse Ademir.

Segundo números apresentados pelo senador, referentes ao período de 1995 a 2000, a Região Sul foi a mais beneficiada na distribuição de verbas do fundo, pois obteve 49,4% do total dos recursos. O Sudeste, com população bem maior, recebeu apenas 19,5%. O Nordeste teve 24,4% das verbas no período, e o Centro-Oeste, 4,5%. A Região Norte, apontou o líder do PSB, recebeu somente 2% dos recursos, embora conte com 7,6% da população brasileira.

## Comissão aprova operação de US\$ 900 milhões para BNDES

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pedido de autorização feito pelo presidente da República para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contrate, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), operação de crédito externo no valor de US\$ 900 milhões, com garantia da União.

Relator da matéria, o senador Paulo Hartung (PSB-ES) disse que os recursos serão utilizados em linhas de crédito voltadas para médias, pequenas e microempresas.

Os recursos serão obtidos a um custo de 6,67% ao ano, três anos de carência e prazo de pagamento até o ano 2021. O Programa de Desenvolvimento de Micro, Pe-

quenas e Médias Empresas — Multisetorial III prevê mobilização total de recursos no valor de US\$ 3 bilhões.

Segundo Paulo Hartung, os recursos permitirão intensificar o processo de modernização do parque produtivo nacional, principalmente das empresas de menor porte, propiciando, assim, "o aprofundamento da integração competitiva da indústria brasileira aos fluxos mundiais de comércio". Destinam-se, também, a financiar gastos locais associados às exportações de serviços e apoiar projetos que promovam a integração regional no âmbito do Mercosul Ampliado.

## DESEMBOLSOS

Relatório do BNDES, que acompanhou a mensagem presidencial com o pedido de autorização,

destaca que, no período de janeiro a dezembro de 2000, os desembolsos da instituição ultrapassaram a casa dos US\$ 11 bilhões, financiando empresas privadas dos mais diversos setores da economia brasileira.

Conforme Paulo Hartung, após



Paulo Hartung (ao microfone) disse que recursos serão utilizados por micro, pequenas e médias empresas

# Lobão cobra medidas em defesa da biodiversidade

Senador disse que o Brasil precisa tomar posse do vasto patrimônio da Amazônia, investindo mais em pesquisas, antes que outros países o façam

O senador Edison Lobão (PFL-MA) sugeriu ontem, em discurso, um esforço político, técnico e institucional em defesa da biodiversidade amazônica, com o argumento de que é preciso definir os pontos de partida para um posicionamento que concilie os interesses e possibilidades no campo da biodiversidade.

— Nossa situação, a de um país dotado de enormes recursos de diversidade biológica, deve ser vista como um trunfo para a resolução de importantes problemas internos, sobretudo aqueles relacionados à miséria e à fome e, ao mesmo tempo, para o estabelecimento de uma referência forte e propositiva no âmbito das relações internacionais — afirmou.

Reportando-se à biopirataria, surgida com o desenvolvimento da engenharia genética, Edison Lobão disse ser consenso entre os cientistas brasileiros que é preciso o país tomar posse do vasto patrimônio de biodiversidade da Amazônia, investindo mais em pesquisas, antes que outros o façam. “Como bem frisei, a fórmula para evitar a biopira-



Edison Lobão pregou combate à biopirataria, surgida com a engenharia genética

taria é simples: pesquisar primeiro para conseguir fazer antes e oficialmente”, alertou.

## COMISSÃO DE INQUÉRITO

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse esperar muito mais preocupação do Congresso Nacional em relação aos problemas relacionados à Amazônia. Ele defendeu a recriação da CPI da Biopirataria, que foi extinta porque os partidos não designaram seus integrantes. “Não é possível que, após 500 anos, ainda sejamos saqueados pelos mesmos colonizadores europeus e os mais novos norte-americanos”, afirmou.

Já o senador Luiz Otávio (PPB-PA) observou que a Amazônia,

além de ser reserva de recursos naturais, também é meio de sobrevivência do povo que lá vive. Ele cobrou mais recursos para o projeto Calha Norte e investimentos em obras de infra-estrutura, como a pavimentação da rodovia Santarém-Cuiabá. O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ressaltou o aspecto estratégico da Amazônia para a integração nacional e também defendeu os investimentos necessários à região.

Também apartando, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) lembrou que a biodiversidade da Amazônia é tema fundamental para o futuro do Brasil e que o desafio mais importante do século 21 é buscar orientação adequada à riqueza da região.

Por sua vez, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou que os discursos não estejam comovendo o Senado para que a Casa faça algo prático em defesa da Amazônia. Ele afirmou que o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, já sugeriu a troca da dívida externa brasileira pela Amazônia e que o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, prega abertamente a internacionalização da região. “Nós estamos perdendo a Amazônia”, advertiu.



## MARINA OUVI REIVINDICAÇÕES DE ÍNDIOS CAIAPÓS

A senadora Marina Silva (PT-AC) recebeu ontem um grupo de índios caiapós. Eles vieram denunciar o precário atendimento de saúde e educação na área em que vivem, reivindicaram a implantação de escolas na aldeia e fizeram denúncias de maus-tratos por

parte da Fundação Nacional da Saúde (Funasa).

Marina Silva comprometeu-se a encaminhar as denúncias e reivindicações ao Ministério da Justiça e buscar esclarecimentos sobre as acusações contra a Funasa.

## Mozarildo destaca pesquisa entre índias imunes a câncer

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) informou que o cancerologista Guilherme Bezerra de Castro está realizando pesquisa em Cuiabá com índias brasileiras para descobrir uma vacina contra o câncer de mama, conforme noticiou a revista *RDM*, em reportagem intitulada “Epidemia da vida moderna”. O pesquisador está estudando o código genético das índias, que parecem imunes ao câncer.

De acordo com o senador, a Escola Paulista de Medicina, que mantém um posto de saúde na reserva do Xingu, jamais registrou, em 36 anos, a ocorrência de câncer de mama entre as índias de etnias diversas. O mesmo ocorre em Sangradouro, a 250 quilômetros de

Cuiabá, onde a Missão Salesiana atende a mais de 10 mil índios xavantes, afirmou o senador, acrescentando que outra característica da população indígena não miscigenada é possuir o mesmo grupo sanguíneo — “O” positivo.

Caso o pesquisador encontre o gene protetor, ele pretende isolá-lo e multiplicá-lo em laboratório para produzir a vacina, explicou Mozarildo, afirmando que a revista relaciona a incidência de diversos tipos de câncer ao crescente ritmo de industrialização da sociedade moderna.

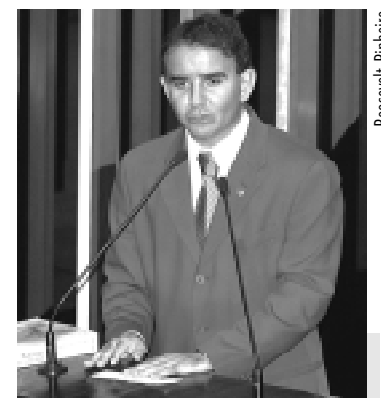
Ao elogiar a iniciativa do cancerologista, o senador manifestou também sua preocupação com o assédio que vem sofrendo a população indígena.

## Eduardo registra retomada da Norte-Sul no Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) registrou o anúncio dos governos federal e do Tocantins de que ainda este mês começa a construção de um novo trecho da Ferrovia Norte-Sul, num total de 58 quilômetros, unindo as cidades de Darcinópolis e Araguaína. A iniciativa, segundo o parlamentar, é importante contribuição para o desenvolvimento do estado e maior integração do país.

— Assim, a Ferrovia Norte-Sul, antiga aspiração do nosso povo, vai se tornando uma realidade — afirmou.

O senador destacou ainda que em abril os produtores do Tocantins



Segundo Eduardo Siqueira Campos, obra é importante contribuição para o desenvolvimento do estado

poderão passar a embarcar produtos na plataforma multimodal de Aguiarnópolis, no norte do estado.

## Alcântara homenageia Távora com nome em rodovia no Ceará

A Comissão de Educação (CE) examinará projeto de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) denominando Rodovia Governador Virgílio Távora trecho da BR-116 que liga Fortaleza ao município de Pacajus, no Ceará. Para Alcântara, a homenagem imortalizando o nome de Távora é pertinente e oportuna. O senador disse que o trecho rodoviário é um dos mais seguros e modernos do estado.

Na justificativa do projeto, Alcântara assinalou que Virgílio Távora teve 40 anos de vida pública.

Engenheiro, foi duas vezes governador do estado, quando a industrialização do Ceará teve grande impulso. Távora foi ainda deputado federal e, por duas vezes, senador, tendo falecido no curso do segundo mandato na Casa.

— Virgílio Távora foi incansável defensor do Nordeste. Combateu a pobreza, o atraso e as disparidades regionais. Lutou por uma política de desenvolvimento integrado e harmônico, capaz de construir a nação com que sempre sonhou — destacou.

## Remuneração de militares do DF será examinada

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), presidente da comissão mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 2.218, que trata da remuneração dos militares do Distrito Federal, convocou para a próxima quarta-feira, às 11h, a primeira reunião do colegiado.

A MP, datada de 5 de setembro de 2001, especifica toda a composição da remuneração dos militares do DF, bem como dos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar, incluindo soldo, adicionais de posto ou graduação e tempo de serviço, gratificações, representação, diárias, transporte, ajudas de custo e auxílios para alimentação e moradia, entre outros. Constam ainda regras para a inatividade remunerada dos militares, para o limite de idade para a reserva e para situações de invalidez e incapacidade.

Pela MP, os militares do Distrito Federal deverão descontar, obrigatoriamente, a cada mês, a contribuição para pensão militar, assistência médica, impostos sobre a remuneração e taxa de ocupação de imóvel.

## CPI do Roubo de Cargas faz audiências

Senadores e deputados federais da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga o roubo de cargas no país estão no Recife (PE) esta semana para investigar ramificações do esquema de receptação de mercadorias roubadas. Desde ontem e até hoje estão sendo realizadas audiências públicas na Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Um caso, em especial, chama a atenção: o dos 500 celulares Ericsson, oriundos de carga roubada, comprados em 2000 pelo Carrefour do bairro da Torre. A CPI já aprovou o pedido de quebra do sigilo bancário da loja. Ontem, o motorista Sálvio Barbosa Vilar, preso por intermediar cargas roubadas, afirmou à comissão ter entregue mercadorias roubadas ao Carrefour do Recife em 1997, acusando a loja de participar do esquema. A declaração foi feita diante do diretor de Assuntos Corporativos do Grupo Carrefour, João Carlos de Figueiredo Neto, que disse que a empresa desconhece outros casos de receptação.

## BALANÇO

# Medidas aprovadas em comissão mista podem reduzir a violência

Fim do porte de armas de fogo para os cidadãos comuns e pena mais rigorosa para quem infringir essa proibição são medidas que ainda dependem dos Plenários do Senado e da Câmara

Algumas propostas aprovadas pela Comissão Mista de Segurança Pública esta semana podem contribuir para redução da violência no país. A mais polêmica delas acaba com o porte de armas de fogo para o cidadão comum, aumenta em um ano a pena de reclusão para pessoa flagrada com porte ilegal de armas e amplia a punição para o contrabando de armas e munições para até dez anos.

Essas medidas constarão de projeto a ser votado brevemente pelo Senado e pela Câmara. Os deputados e senadores da Comissão de Segurança Pública decidiram que o porte de armas será restrito a policiais e membros das Forças Armadas. Em casos especiais, uma pessoa poderá obter a licença para carregar armas por algum tempo, desde que prove em juízo que se encontra ameaçada e precisa se defender.

Presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), a comissão concordou com relatório apresentado pelo deputado Custódio Mattos (PSDB-MG). No caso das armas, o deputado observou que a lei atual pune da mesma forma quem contrabandeia cigarros ou armas e, por isso, ele quer que o



Comissão Mista de Segurança também aceitou esta semana aumento de penas para contrabando e porte ilegal de armas

contrabando de armamentos seja punido com penas de seis a dez anos de reclusão.

Outra decisão da Comissão de Segurança prevê aumento da pena para os crimes de corrupção ativa e passiva, a qual passa de um a oito anos para um período de dois a 12 anos. O relator da proposta, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), propôs que as pessoas condenadas por corrupção só possam ter o benefício da progressão de regime carcerário (por exemplo, sair do regime fechado para o semi-aberto) se

devolverem aos cofres públicos o dinheiro desviado.

### TARIFAS MAIS BAIXAS

Durante a semana, as comissões do Senado aprovaram ainda projetos de interesse dos agricultores, de pessoas que estão fazendo vestibular e de afro-brasileiros. Na quarta-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que prevê tarifas de energia elétrica mais baixas para agricultores que irrigam suas lavouras. Quem recebe

terras em projetos de reforma agrária também será beneficiado.

Já a Comissão de Educação aprovou proposta do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que garante a matrícula do aluno que passar em vestibular mas ainda não dispõe do diploma de ensino médio, por culpa de greve de professores. Outro projeto da área educacional que também deu novo passo é o que reserva 20% das vagas nas universidades e no serviço público às pessoas afro-brasileiras, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP). O relator da matéria na CCJ, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), apresentou parecer favorável, a ser votado nos próximos dias.

A Comissão de Fiscalização e Controle aprovou requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) que convoca o diretor da Polícia Federal, Agílio Monteiro Filho, para falar, em reunião fechada, sobre as investigações envolvendo a Lunus, empresa da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e de seu marido, Jorge Murad. A Comissão de Assuntos Econômicos decidiu promover audiências públicas sobre a anunciada compra da fábrica de chocolates Garoto pela multinacional Nestlé.

## Sem acordo, continua bloqueada pauta de votações

A falta de acordo entre as lideranças partidárias sobre a medida provisória (MP) que renegocia por 25 anos dívidas de agricultores mantém travada a pauta de votações do Plenário do Senado. Mais de 50 matérias esperam a votação da MP para que também sejam apreciadas.

Alguns senadores da base governista querem apresentar emendas à medida provisória das dívidas, o que é recusado pelo Executivo. Caso sejam feitas emendas, a MP terá de voltar à Câmara, para nova votação, o que trancaria a pauta daquela Casa. Automaticamente, seria prejudicada a apreciação na Câmara, em segunda votação, da emenda constitucional que prorroga até o final de 2004 a Contri-

buição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Para o Poder Executivo, neste momento é importante que seja votada a emenda da CPMF — depois de 17 de março cada dia sem a prorrogação significará queda de R\$ 50 milhões na arrecadação federal. Contribuição social criada ou prorrogada só pode ser cobrada 90 dias depois de instituída e a atual legislação sobre a CPMF prevê sua cobrança somente até o dia 17 de junho. Por isso, para que não houvesse interrupção de cobrança, a CPMF precisaria estar votada e promulgada até este domingo.

O trancamento da pauta de votações é um mecanismo introduzido na Constituição federal no



O exame de mais de 50 proposições está bloqueado e aguarda votação de medida provisória pelo Plenário do Senado

segundo semestre do ano passado, quando o Congresso Nacional alterou o sistema de vigência e votação das medidas provisórias, visando impedir a reedição da matéria.

A MP agora tem vigência por 60

dias, podendo ser prorrogada por mais 60. Entretanto, se ao final de 45 dias, contados da publicação, não for concluída sua apreciação, a medida ganha caráter de urgência e prioridade, impedindo que outras matérias sejam votadas.



# Heloísa quer estender MP da dívida rural a agricultores de todo o país

Senadora reivindica para os produtores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste os mesmos benefícios garantidos aos das regiões Sul e Sudeste na repactuação dos débitos

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) reivindicou em Plenário, ontem, que os termos do acordo de renegociação da dívida dos agricultores das regiões Sul e Sudeste, previstos na medida provisória (MP) sobre a dívida rural, sejam observados na repactuação dos débitos dos produtores rurais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A expectativa da senadora era de formular a proposta duran-



Heloísa Helena desafiou senadores da base governista a se colocarem contra a proposta

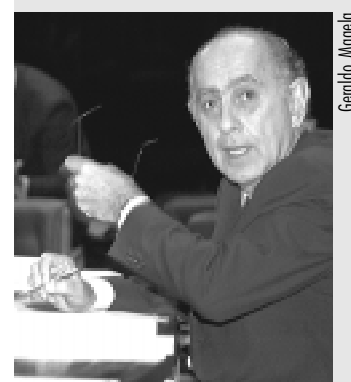
te discussão da matéria em Plenário, mas a votação da ordem do dia foi suspensa por conta de

obstrução da pauta pela base governista. De qualquer forma, Heloísa Helena apelou para a sensibilidade dos senadores no sentido de preservar um setor que vem sofrendo prejuízos, principalmente, com a abertura do mercado de produtos agrícolas.

Segundo informou a senadora, a extensão dos benefícios concedidos aos agricultores do Sul e Sudeste para os do Norte, Nordeste e Centro-Oeste vai demandar alterações na MP da dívida rural, por gerar despesas para o governo. Heloísa Helena admitiu a necessidade de se estabelecer uma fonte de receita, mas disse acreditar que não haverá impacto ou impedimento à

execução dessa medida se a prorrogação da CPMF não ocorrer em tempo hábil. "Todos os percentuais de repartição da CPMF já estão comprometidos com outros fins", observou.

Realçando a importância do pleito para os produtores rurais que contraíram dívidas junto aos fundos constitucionais, Heloísa Helena desafiou senadores dos partidos da base governista a se colocarem contra a proposta. "Só quero ver os parlamentares chegarem em suas bases e dizem que, por imposição do governo, não puderam estender aos demais as condições de renegociação definidas para agricultores do Sul e Sudeste", afirmou.



Mauro Miranda espera informações da Secretaria de Direito Econômico

## Mauro reclama ações contra cartel do leite

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) cobrou do ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, informações sobre as providências que a Secretaria de Direito Econômico (SDE) irá adotar para coibir a cartelização do preço pago aos produtores de leite em Goiás. Embora tenha solicitado essas informações há mais de três meses, o parlamentar lamentou que até hoje não tenha recebido resposta.

A crise no setor, conforme Mauro Miranda, tem sua gravidade confirmada pelo anúncio do presidente da Federação da Agricultura do Estado de Goiás (Faeg) de que os produtores de leite estão se desfazendo dos rebanhos. A razão disso é o aviltamento dos preços do leite *in natura*, afirmou o senador, enfatizando que o preço pago aos produtores está abaixo dos custos de produção.

— A comissão parlamentar de inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa de Goiás, encerrada no final de 2001, apontou fatos graves, ainda em investigação pelas autoridades, como a cartelização, o monopólio de embalagens para os leites de longa vida e a omissão quanto à fiscalização do setor — lembrou o senador. Ele acredita que a indústria leiteira não tem mostrado consciência da necessidade de independência entre os elos da cadeia produtiva.

Com a possível falência dos produtores de leite, avaliou o senador, o impacto nos custos e preços será muito mais intenso do que se fossem dadas condições de sobrevivência econômica a esses produtores.



Segundo Antonio Carlos Valadares, desavenças na base do governo não deveriam atrapalhar votação

## Valadares diz que demora na votação prejudica produtor

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) advertiu o Plenário, ontem, sobre o prejuízo causado aos produtores rurais pela obstrução da pauta de votação do Senado. Ele recordou que vence no próximo dia 31 o prazo aberto aos agricultores para adesão a normas de refinanciamento de suas dívidas previstas na medida provisória (MP) cuja votação tem sido adiada.

— O tempo não será suficiente para milhares de agricultores que estão sofrendo as conseqüências do peso imposto no passado pela correção monetária de suas dívidas — observou.

Valadares afirmou que os produtores rurais não podem ser punidos pelos desentendimentos na base do governo. A pauta de votação da Casa, na sua opinião, não pode ser bloqueada pelas dificuldades entre o PFL e o PSDB, em virtude de suspeitas de espionagem da governadora do Maranhão, Roseana Sarney.

Apesar de defender a apuração total dos fatos, Valadares observou que esses assuntos não podem prejudicar os interesses dos produtores. Por isso, ele pediu à Mesa e a todos os senadores que garantam tramitação normal às propostas que se encontram em pauta. "Que os partidos da base aliada continuem a ter suas querelas, mas que as matérias em discussão continuem sendo analisadas", argumentou.

## Normas da renegociação necessitam de aperfeiçoamento, afirma Arlindo Porto

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) apelou aos senadores para que ouçam as manifestações das lideranças rurais brasileiras, que alertam para a necessidade de correções na medida provisória (MP) que estabelece regras para a renegociação das dívidas dos agricultores. O senador também lamentou a obstrução da votação da MP, anunciada pelo líder do governo, Artur da Távola (PSDB-RJ), pois, apesar de regimental, está prejudicando os produtores, já que os prazos para a adesão às novas regras estão em andamento.

Segundo o senador, a exigência de que os produtores tenham que estar adimplentes com os pagamentos de dívidas anteriores até o dia 29 de junho deste ano impõe que diversos agricultores fiquem à margem do processo, o que pode resultar em um grande problema no segundo semestre deste ano. Além disso, as operações contratadas a partir de 1998 não se enquadram nas regras da MP, segundo o senador, fazendo com que esses produtores recebam tratamento desigual.

Arlindo Porto alertou para a necessidade de todos os financiamentos concedidos aos agricultores, com recursos dos fundos constitucionais, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), serem incluídos nas novas regras de refinanciamento. Caso contrário, ele acredita que o produtor continuará necessitando renegociar partes da dívida.

Os agricultores beneficiados pelo Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodec) re-



Arlindo Porto lamentou a obstrução da votação da medida provisória

ceberam atenção especial do senador. Ele diz não entender por que esses financiamentos não estão incluídos na MP.

— Os produtores não podem ser tratados de maneira diferenciada. Somente com o Prodec estaremos dando condições aos produtores de continuar no campo, gerando riqueza para o país — argumentou.

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) destacou a importância do Prodec e questionou por que os recursos repassados por instituições japonesas a juros baixos chegam às mãos do produtor brasileiro a custos "escorchantes".

— Podemos resolver essa questão pela medida provisória que está travando a pauta do Senado. Devemos entender as razões dos produtores, principalmente com relação ao Prodec. Essa é a oportunidade que temos de contemplar a todos, tanto os agricultores do Prodec como os beneficiados pelos fundos constitucionais. Afinal, todos estão inadimplentes — afirmou Patrocínio, que cumprimentou Arlindo Porto pelo discurso.



Mozarildo leu artigo de jornalista publicado domingo no Correio Braziliense

## Mozarildo critica julgamento na imprensa

Após comparar o comportamento da imprensa brasileira aos métodos utilizados pela Igreja Católica durante a Inquisição, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) leu artigo do jornalista Natal Eustáquio, publicado no último domingo pelo jornal *Correio Braziliense* sob o título "Juizes sem Toga", que aborda a antecipação de condenações de pessoas que ainda não foram julgadas pela Justiça.

— Muitos setores da sociedade brasileira lutaram pelo fim do regime de exceção e pela construção de uma democracia baseada no estado de direito, onde uma pessoa é inocente até prova em contrário — afirmou o senador.

Segundo o artigo, a filosofia que parece imperar na mídia brasileira nos últimos anos é a de que não importam os meios para se conseguir a antecipação da notícia, o chamado "furo", mesmo que isso signifique expor publicamente indícios ou suspeitas como se fossem fatos. "Trata-se, como dizem os estudiosos da comunicação social, da chamada 'imprensa-tribunal', que se caracteriza justamente pela condenação pública — muitas vezes até a execração — de um fato ou personalidade antes mesmo da apuração final dos fatos pelos órgãos de polícia competentes ou da manifestação oficial da Justiça", relatou o senador.

Ainda de acordo com o artigo, ocorreu exatamente isso no caso envolvendo a governadora do Maranhão, Roseana Sarney. "Como a empresa é de propriedade da governadora, o procedimento de rotina tomou as páginas dos jornais e revistas e os noticiários das emissoras de rádio e de televisão do país. Interesses e jogos políticos à parte, a verdade é que, mais uma vez, a mídia se antecipou aos fatos e até mesmo à Justiça, dando aos indícios até agora constatados o *status* de comprovação."

# Távola faz apelo para a imediata votação da CPMF

"Nós estamos sentindo a dor da perda de um companheiro exemplar no governo, como sempre foi o PFL", afirma líder

O líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), fez ontem um apelo ao PFL pela imediata aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2004. A matéria está em tramitação na Câmara dos Deputados, em segundo turno de votação.

— Nós, do PSDB, estamos sentindo a dor da perda de um companheiro exemplar no governo, como sempre foi o PFL. Mas fazemos um apelo ao seu espírito público para que aprove a CPMF em nome da governabilidade e na defesa de uma obra administrativa da qual o partido participou em sua plenitude — observou o senador.

Segundo Artur da Távola, o PFL



Artur da Távola: "O PFL sempre foi um companheiro de governo pautado pela ética"

sempre foi um companheiro de governo pautado pela ética, e foram circunstâncias político-eleitorais que levaram o partido a unir-se ao PT para sustar a votação da CPMF na Câmara. O líder manifestou confiança em que essa obstrução poderá terminar

na próxima terça-feira.

O senador explicou que, em função da suspensão das votações na Câmara, a bancada do governo decidiu obstruir a votação de três medidas provisórias no Senado. "A razão é simples: se votarmos as MPs com as emendas previstas, elas retornarão à

Câmara e trancarão sua pauta. Como, nesse momento, a prioridade do governo é a prorrogação da cobrança da CPMF, é preferível sustar as votações no Senado enquanto sua aprovação na Câmara não se concretiza", concluiu.

## Lauro condena proposta de reforma da CLT

A disposição do governo de flexibilizar direitos e garantias previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi ontem alvo de críticas em Plenário do senador Lauro Campos (PDT-DF). "A CLT e o salário mínimo, que não foram doações, mas conquistas dos trabalhadores durante o governo de Getúlio Vargas, estão sendo destruídos pelo governo de Fernando Henrique Cardoso."

Segundo Lauro Campos, o pre-



Lauro: presidente da República desmantela direitos dos trabalhadores

sidente da República dedicou esses sete anos de mandato a desmantelar direitos fundamentais dos trabalhadores, como a redução da jornada de trabalho, a aposentadoria e a livre sindicalização. O senador anunciou outros possíveis golpes à CLT, como o fim da licença-paternidade, "que alguns consideram um luxo", e a conversão de feriados e domingos em dias normais de trabalho.

Lauro Campos contestou a "ma-

temática" aplicada pelo governo, que transformaria perdas dos trabalhadores em ganhos. Para ilustrar os prejuízos amargados pela classe trabalhadora no atual governo, ele citou estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que apontou uma queda de 8,9% nos rendimentos dos assalariados durante o Plano Real. Já o IBGE identificou uma queda maior dos salários em cidades menores, diagnóstico que contraria recentes declarações do presidente.

Para Lauro, a desagregação do mercado de trabalho interno é um reflexo da crise global do capitalismo.

## Jucá: governo quer explicar investigação da PF na Lunus

O vice-líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), informou ontem que o ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, coloca à disposição da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) toda a documentação relativa à investigação que a Polícia Federal realiza na empresa Lunus Serviços e Participações, pertencente à governadora do Maranhão, Roseana Sarney.

Segundo o senador, o ministro garantiu que tanto o superinten-

dente da Polícia Federal, Agílio Monteiro Filho, quanto os demais delegados responsáveis pelo inquérito poderão comparecer já na próxima quarta-feira à CFC para prestar esclarecimentos.

— O governo não tem nada a esconder sobre essa questão. Não tem nenhuma responsabilidade sobre a operação. A Polícia Federal cumpriu determinação constitucional e isso vai ficar esclarecido na audiência pública.

Jucá afirmou que, na audiência



Para Romero Jucá, o governo nada tem a esconder

convocada pela comissão, os senadores poderão verificar o andamento do inquérito para saber se houve vazamento de informações ou abuso de autoridade.

Jucá também elogiou o trabalho de Martus Tavares à frente do Ministério do Planejamento, nesse momento em que o ministro se prepara para deixar o governo.

## Política energética protege empresas, denuncia Cândido

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) manifestou ontem seu entendimento de que o modelo instalado para o setor energético brasileiro favorece em-



Cândido diz que tarifas da Light vêm aumentando

presas estrangeiras em detrimento do consumidor, que ainda se vê obrigado a pagar pelos erros cometidos. Cândido revelou que as tarifas cobradas pela Light no Rio de Janeiro vêm aumentando desde a privatização da empresa e já estão entre as mais caras do mundo.

Segundo o senador, apesar de a Light receber subsídios governamentais e promover reajustes, sua dívida com as empresas que a compraram continua crescendo, chegando a R\$ 7,7 bilhões, de acordo com o jornal *O Dia*. As dívidas, disse o senador, são cobradas em dólares, com juros de 11% ao ano.

— Essa distorção acontece porque as empresas que compraram a Light não encaram o dinheiro empregado no mercado energético brasileiro como um investimento, mas como um empréstimo. Dessa forma, a Light vai sangrar dólares para o exterior, enquanto o investimento é mínimo.

Além disso, o senador reclamou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está abrindo linha de crédito de R\$ 7,3 bilhões para distribuidoras de energia.

## Freitas Neto homenageia Wall Ferraz

O senador Freitas Neto (PSDB-PI) registrou os 70 anos de nascimento do ex-prefeito de Teresina Raimundo Wall Ferraz. Ele elogiou a honestidade e o espírito público do político falecido há sete anos.

— Wall Ferraz marcou a vida pública com sua competência e com a prioridade à população carente.



Freitas Neto lembra 70 anos de ex-prefeito

José Cruz

Márcia Kallume

# Parlamentares questionam criação da Alca

No último dia do seminário “O Mercosul, a Alca e a Dívida Externa”, promovido pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, a criação da Alca é condicionada ao seu reconhecimento como um bom negócio para o país

Terminou ontem, em Natal (RN), o seminário “O Mercosul, a Alca e a Dívida Externa”, promovido pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. A relação entre o bloco econômico sul-americano e a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) esteve no centro da rodada final dos debates. “É um jogo duro, mas governo e empresários estão preparados”, afirmou o senador Fernando Bezerra (PTB-RN). Ele observou que, para o Brasil assinar o acordo da Alca, “será preciso o seu reconhecimento como sendo um bom negócio para o país”.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da Comissão do Mercosul, criticou a forma indiscriminada com que foi feita a abertura comercial no Brasil, o que teria representado prejuízos para o comércio exterior do país. Defendendo a necessidade de cautela na negociação com os Estados Unidos para uma área de livre

comércio, Requião lembrou que, desde o início da abertura, a participação brasileira no movimento comercial mundial caiu de 1,2% para 0,8%.

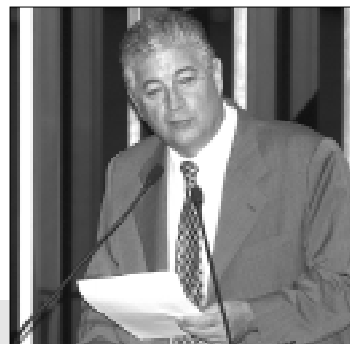
Requião também criticou a recente decisão do governo americano de restringir as importações de aço e de outros produtos brasileiros. Para o senador, os Estados Unidos são o país mais protecionista do mundo. O governo Bush, disse Requião, concedeu US\$ 212 bilhões em subsídios para a agricultura americana.

Para o deputado federal Ney Lopes (PFL-RN), vice-presidente da Comissão do Mercosul, “os Estados Unidos são um parceiro essencial, mas o Brasil tem que ter clareza de reivindicar uma negociação que preserve seu futuro”. Ele destacou que cabe ao Brasil papel de liderança na integração econômica das comunidades latino-americanas.

O seminário de Natal, coordena-

nado pelo deputado, contou também com a presença do governador Garibaldi Alves, dos deputados federais Feu Rosa (PSDB-ES) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), além da prefeita de Mossoró, Rosalba Ciarlini. Também participaram o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Ótom Anselmo, o presidente da Federação das Indústrias do Estado, Abelírio Rocha, e Admir Torres, representante da Força Sindical. Como parlamentares estrangeiros, compareceram o senador Juan Adolfo Singer e o deputado Ronald Pais, ambos do Uruguai, além do deputado paraguaio Mario Escurrea.

Parte do seminário, que começou na segunda-feira (11), transcorreu em Fortaleza (CE). Um dos destaques foi a participação do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, na terça-feira, que defendeu a tese de que a Alca inviabiliza o fortalecimento do Mercosul. Ele enfatizou que o



Roberto Requião criticou a forma indiscriminada da abertura comercial no Brasil

Roosevelt Pinheiro

Mercosul deixará de existir com a implantação da Alca, e os países que o integram serão praticamente impedidos de ter políticas econômicas ativas. O embaixador disse também que a Alca vai criar desigualdades na competição entre as empresas sul-americanas e dos Estados Unidos.

## ARGENTINA

O senador Fernando Bezerra, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), também

comentou em Natal as consequências da crise argentina para o Mercosul.

– A crise macroeconômica da Argentina deve ter importantes reflexos sobre a demanda do Mercosul por produtos brasileiros nos próximos meses – afirmou.

Fernando Bezerra apresentou estimativas sobre o PIB do país vizinho, de quedas de 3,7% em 2001 e de 5% em 2002, e concluiu que as exportações argentinas devem ter crescimento modesto, enquanto as importações devem cair consideravelmente.

Com relação ao impacto da crise para as empresas nordestinas, o senador citou o acirramento da concorrência no mercado argentino, como consequência direta da desvalorização do peso. Ele destaca ainda o desafio a ser enfrentado na negociação de barreiras impostas pela Argentina para os produtos brasileiros, em especial para o açúcar.

## Tião Viana quer política de prevenção de morte súbita

O senador Tião Viana (PT-AC) registrou em Plenário, ontem, o apoio a documento encaminhado ao Ministério da Saúde pelo Instituto do Coração (Incor), da Universidade de São Paulo (USP), em que é proposta a criação de um grupo de trabalho para discutir e traçar



Tião Viana destaca falta de acesso a terapia adequada para infarto

políticas de prevenção e combate à morte súbita. Segundo o senador, a morte súbita, associada a doenças cardiovasculares, é a principal causa de morte no Brasil.

“De cada 100 vítimas de infarto agudo do miocárdio, apenas seis têm acesso a terapia adequada”, informou. A situação é mais grave para as vítimas de doenças cardiorrespiratórias, cujo índice de sobrevivência chega próximo de zero. Para reverter esse quadro, Tião Viana reivindica, ao lado de entidades nacionais e internacionais da área de cardiologia, que todo cidadão seja treinado e tenha condições de colocar em prática técnicas

de reanimação, fundamentais na ressuscitação de um indivíduo com parada cardíaca.

Para ampliar a taxa de sobrevivência em casos de infarto, Tião Viana defende a adoção de medidas educativas aliadas a equipamentos de alta tecnologia, mas de uso extremamente simples, como os desfibriladores externos automáticos (DEAs). A associação desses dois métodos em ambiente pré-hospitalar proporcionou, no Aeroporto Internacional de Chicago, por exemplo, que o índice de sobrevivência saltasse de 5% para 75%.

Ainda de acordo com o senador petista, o Congresso Nacional já está sensível à necessidade de adoção de medidas de prevenção da morte súbita. Atualmente, tramitam na Câmara e no Senado três projetos de lei que regulamentam a utilização de DEAs e ações de prevenção da morte súbita e do infarto agudo do miocárdio no país.

## Cândido critica Serra no combate à dengue

A epidemia de dengue no Rio de Janeiro assumiu a proporção atual graças ao ex-ministro da Saúde, senador José Serra (PSDB-SP), que não reintegrou os agentes da Fundação Nacional da Saúde, conhecidos como mata-mosquitos, demitidos em 1999. A opinião foi manifestada ontem pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ).

– Serra sempre se negou a receber os mata-mosquitos quando ministro em Brasília. Na única oportunidade, na saída da Fiocruz (Fundação Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro), em que Serra conversou com os trabalhadores, disse que não foi ele quem mandou demiti-los e que iria promover a reintegração, o que nunca aconteceu – disse Cândido.

Para o senador, essa foi uma atitude “irresponsável” do ministro, que por esse motivo é conhecido no Rio de Janeiro como o candidato-paradengue. O senador também reclamou do tratamento que recebeu do ministro, que se negou a recebê-lo em audiência.

– Essa é a primeira vez que um senador se nega a receber

um colega da Casa. Ele deve achar que está acima de todos neste país. É uma falta de respeito com os colegas da instituição da qual faz parte. As pessoas que não demonstram respeito e consideração merecem o mesmo tratamento – afirmou o senador.

Em nome de Serra, o líder do PSDB, senador Geraldo Melo (RN), pediu desculpas a Cândido pelo não atendimento ao pedido de audiência. Segundo Melo, Serra reafirmou o respeito pelo colega senador, manifestou a “mais absoluta surpresa” diante da denúncia e afirmou não ter tomado conhecimento da solicitação de audiência feita por Cândido. “Em nenhuma hipótese o senador José Serra deixaria de receber um colega dentro ou fora do seu gabinete”, afirmou Melo.

Cândido explicou que nunca faria uma denúncia se não fosse verdadeira. Ele revelou que sua chefe de gabinete falou ao telefone com a funcionária responsável pela agenda de Serra e solicitou a audiência. Segundo o senador, a funcionária respondeu dois dias depois para dizer que Serra

havia viajado.

– Considero isso um absurdo e uma falta de respeito. Lamento, acho estranho e repudio esse tipo de comportamento. Se foi uma falha da assessoria, que o senador a corrija e não deixe ocorrer novamente – acrescentou.

Melo reiterou as desculpas e pediu que Cândido não criticasse Serra pelo que este não fez. O líder do PSDB assegurou a Cândido que Serra o encontrará no momento em que o senador petista desejar.

– O senador José Serra não tomou conhecimento da solicitação de Vossa Excelência e, se tivesse tomado, teria recebido. Lamento que um acontecimento deplorável como esse possa formar uma imagem antipática do senador José Serra. Ainda bem que tendo sido líder estudantil, exilado político, deputado federal, secretário de estado, senador, ministro do Planejamento e da Saúde, ele não seja chamado de ladrão, corrupto ou incompetente – concluiu Geraldo Melo.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Mozarildo Cavalcanti e Luiz Otávio